CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES E OBRIGAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO HABILITADO

Art. 8º Após o ofício expedido pela DIGEO, o município habilitado deverá apresentar à SEMAS:

I - o Plano de Trabalho Anual, em até 60 (sessenta) dias úteis, conforme modelo estabelecido pela SEMAS; e

II - o Relatório Quadrimestral Simplificado, em até 120 (cento e vinte) dias úteis, conforme modelo disponibilizado pela SEMAS.

§ 1º O município deverá renovar, anualmente, a apresentação do plano de trabalho de que trata o inciso I, com a finalidade de manter atualizado o planejamento de análise e validação dos cadastros de competência do município.

§ 2º A apresentação dos relatórios quadrimestrais simplificados ocorrerá de forma contínua.

Art. 9º Os municípios habilitados deverão observar as seguintes diretrizes de análise e validação do CAR:

I - estabelecer prioridades para análise de cadastros da agricultura familiar, especialmente os elaborados por órgãos conveniados à SEMAS;

II - exigir o recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do cadastro registrado no SICAR/PA, excetuado os cadastros realizados por órgão conveniados à SEMAS conforme disposto pela Portaria SEMAS nº 150, de 28 de janeiro de 2018;

III - executar a análise dos cadastros inseridos nos limites municipais, observada a regra de competência material conforme legislação específica;

IV - designar, mediante ofício, a indicação dos servidores para utilização dos perfis de analista técnico e de gerente operacional para o acesso ao módulo de análise do SICAR/PA, considerando formação técnica, acadêmica, atribuições do cargo exercido e o vínculo com o órgão ambiental municipal; e

V - manter atualizado o cadastro dos servidores municipais responsáveis pela análise e validação do CAR, informando a DIGEO através de ofício, quaisquer atualizações na indicação dos perfis de analista técnico e de gerente operacional.

§ 1º É vedado ao servidor, detentor do perfil de analista técnico ou de gerente operacional, analisar e validar CAR que atuou como cadastrante ou responsável técnico pela elaboração e inscrição no SICAR/PA.

§ 2º Após a habilitação do município, os servidores indicados ao perfil de analista técnico ou de gerente operacional do módulo análise do SICAR/PA terão o perfil de responsável técnico desabilitado no sistema.

§ 3º Nos casos de solicitação de licenciamento ambiental e/ou autorização, o município poderá realizar a análise do CAR das atividades com tipologia de impacto local ou delegadas a competência municipal mediante Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental.

§ 4º O CAR analisado pelo órgão ambiental municipal estará passível de reanálise pela SEMAS quando a atividade, a ser licenciada ou autorizada, extrapolar a tipologia de impacto local, sendo de competência do órgão ambiental estadual proceder o licenciamento.

§ 5º É vedado, ao município habilitado, analisar os cadastros sobrepostos às áreas de Unidades de Conservação, de Assentamentos Rurais, de territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, terras indígenas e outras áreas legalmente protegidas.

Art. 10. O município habilitado deverá cumprir as seguintes obrigações gerais:

I - cumprir e fazer cumprir as normas federais e estaduais relacionadas ao CAR;

II - encaminhar o Plano de Trabalho Anual e o Relatório Quadrimestral Simplificado, nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa;

III - prestar informações, documentos e/ou esclarecimentos solicitados pela SEMAS;

IV - atender as recomendações e determinações feitas pela SEMAS referentes a análise do CAR;

V - oferecer as condições e o apoio necessário à SEMAS nas ações de regularização ambiental dos imóveis rurais, disponibilizando os servidores com perfis no SICAR para prestar atendimento técnico durante reuniões de mobilização e mutirões de atendimento que ocorrerem no município;

VI - garantir a participação em treinamentos e capacitações do seu quadro técnico e administrativos na implementação do processo de regularização ambiental de imóveis rurais; e

VII - divulgar aos proprietários e possuidores rurais do município, informações para incentivar a regularização de passivos ambientais dos imóveis rurais no Estado, observadas as legislações vigentes.

Parágrafo único. O município se responsabilizará perante terceiros por prejuízos causados, direta ou indiretamente, em consequência de atos praticados no SICAR/PA.

CAPÍTULO IV

DO APOIO E ACOMPANHAMENTO DO MUNICÍPIO HABILITADO

Art. 11. Caberá à SEMAS, no âmbito das suas atribuições:

I - cooperar com o município nas ações necessárias à aplicação, efetividade e ao avanço da regularização ambiental rural a partir do CAR;

II - permitir o acesso ao módulo de análise do SICAR/PA aos servidores indicados pelo município;

III - viabilizar dados, manuais, bases ambientais e outras informações necessárias à integração das ações de regularização ambiental e execução da análise e validação do CAR pelo município;

IV - assegurar apoio técnico contínuo na qualificação técnica dos servidores, por meio de orientações e treinamentos acerca do arcabouço normativo e dos procedimentos técnicos relacionados a análise do CAR;

V - integrar o órgão ambiental municipal nos mutirões regionalizados de apoio à regularização ambiental, conforme previsto no Decreto Estadual nº 2.745 de 09 de novembro de 2022; e

VI - realizar o acompanhamento do município habilitado para a análise e validação do CAR.

Art. 12. A SEMAS realizará o acompanhamento do município habilitado mediante:

I - avaliação do cumprimento do Plano de Trabalho Anual;

II - verificação dos resultados alcançados, conforme informações constantes nos Relatórios Quadrimestrais Simplificados; e

III - emissão de relatórios no SICAR/PA sobre os atos praticados pelos perfis de analista técnico e gerente operacional.

Art. 13. O município que não apresentar o Plano de Trabalho Anual e o Relatório Quadrimestral Simplificado, nos termos desta Instrução Normativa, estará sujeito a:

I - suspensão do acesso ao SICAR/PA; e

II - desabilitação para realização da análise e validação do CAR.

§ 1º A DIGEO poderá emitir notificações e estabelecer prazos para obter informações e documentos complementares, quando necessário.

§ 2º Descumprida as notificações nos prazos estabelecidos pela DIGEO, os perfis de acesso serão suspensos de ofício.

§ 3º Caso o município não regularize as pendências documentais em até 120 (cento e vinte) dias úteis, a DIGEO recomendará ao Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental a desabilitação do município.

§ 4º Após deliberação do Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental, a DIGEO comunicará formalmente a decisão acerca da desabilitação do município, quando for o caso.

§ 5º O município desabilitado poderá solicitar nova habilitação, acompanhada da documentação exigida no art. 4º.

Art. 14. A SEMAS disponibilizará, em seu sítio oficial, a relação dos municípios habilitados para a análise e validação do CAR, e os dados das análises realizadas pelos municípios, bem como manterá estas informações devidamente atualizadas.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os municípios habilitados, em data anterior a publicação desta Instrução Normativa, deverão:

I - encaminhar a SEMAS o Plano de Trabalho Anual, em até 60 (sessenta) dias úteis após a publicação desta Instrução Normativa;

II - encaminhar a SEMAS o Relatório Quadrimestral Simplificado, em até 120 (cento e vinte) dias úteis após a publicação desta Instrução Normativa; e

III - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Instrução Normativa, a partir da data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Instrução Normativa SEMAS nº 09, de 11 de outubro de 2019.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 19 de maio de 2023.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

Protocolo: 940818

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2015/0000001545

NOME DO INFRATOR: ATAÍDES OLIVEIRA REZENDE

INFRAÇÃO: Art. 118 inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 51 do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração: 2687/2015/GEFLOR, ante a incidência de prescrição intercorrente, nos termos do art. 29 §3º da Lei Estadual nº 9.575/2022, o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2015/0000012558

NOME DO INFRATOR: ALCIDES DA SILVA

INFRAÇÃO: Art. 118 incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 29 inciso III da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 2º da Lei Estadual nº 5.977/1996, em consonância com o art. 24 §3º inciso III do Decreto Federal nº 6.514/2008 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração nº 7521/2015/GEFAU, ante a incidência da prescrição quinquenal, nos termos do §1º e caput do art. 21 do Decreto Federal nº 6.514/2008, o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2015/0000013153

NOME DO INFRATOR: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA

INFRAÇÃO: Art. 118 incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 51-A do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, DECLAROU A INCIDÊNCIA DE PRESCRIÇÃO no presente processo administrativo punitivo (Auto de Infração nº 5671/2015/DIFISC), e DETERMINOU o ARQUIVAMENTO dos autos, com fundamento no art. 112 §2º da Lei Estadual nº 8.972/2020, aplicado por isonomia ao procedimento sancionatório no âmbito da administração pública estadual, em consonância com a Súmula 467 do Superior Tribunal de Justiça, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2015/0000014322

NOME DO INFRATOR: SERRARIA AGROPAL LTDA

INFRAÇÃO: Art. 118 inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.